

**José Nobre Madeira. Um militante libertário
condenado à deportação para Cabo Verde
(1929)**

¹ Câmara Municipal do Barreiro

O Espólio de José Nobre Madeira

A apresentação desta comunicação², surgiu em resultado de um trabalho que decorreu entre 2011 e 2013 – na continuidade da programação dos “150 Anos dos Caminho-de-ferro no Barreiro” - durante o qual a Câmara Municipal procedeu ao levantamento, tratamento e organização de alguns fundos documentais existentes em várias associações e instituições locais, relacionadas com a história ferroviária do Barreiro. Foram inventariados, até então, os fundos documentais do Instituto dos Ferroviários do Sul e Sueste, dos Bombeiros Voluntários do Sul e Sueste, do Grupo Desportivo Ferroviários do Barreiro e este caso, muito particular, que aqui vou apresentar. Trata-se de um fundo documental privado - actualmente em fase de organização, tratamento e posterior publicação - mas que tem um interesse de natureza especial, dentro da temática ferroviária.

Trata-se de um conjunto de documentação diversa, produzida por José Nobre Madeira enquanto esteve a cumprir pena por ter sido desterrado para Cabo Verde, entre 1929 e 1942, como deportado social e político. São documentos particulares, entre os quais fotografias, correspondência, artigos de opinião, reflexões sobre as atitudes dos homens perante as circunstâncias da vida, sobre o papel das organizações dos trabalhadores, poesia, entre outros escritos e testemunhos pessoais. Este Espólio será objecto de inventariação e catalogação, dando origem a uma publicação própria.

Porém, o que quisemos trazer a este Congresso prende-se, sobretudo, com os elementos de natureza política da sua actividade enquanto sindicalista e militante libertário, informes carreados ao consultar os processos políticos de que foi vítima e que conduziram à sua deportação para as colónias, antes ainda da abertura do campo de concentração no Tarrafal, que começou a funcionar em Outubro de 1936.

² Comunicação apresentada ao “Congresso Trabalho e Movimento Operário – Painel 5 Resistência à Ditadura, Memória e Acção Colectiva”, org. Câmara Municipal do Barreiro, Auditório Municipal Augusto Cabrita, Barreiro, 28, 29, 30 Nov., 2013

O conjunto da documentação chegou, ao então Arquivo Municipal, e vinha dentro de uma pequena mala de cartão com um fundo falso, que viajou com José Nobre Madeira para a Metrópole, quando este regressou ao continente, em Agosto de 1942. Assim permaneceu por largos anos, guardada por seu neto Hélder Madeira, o primeiro Presidente da Câmara Municipal do Barreiro eleito democraticamente após o 25 de Abril, que a conservou, cuidadosamente, desde que a recebeu de seu avô.



Mala de viagem e fotos de José Nobre Madeira



Espólio documental que José Nobre Madeira trouxe consigo, ao regressar do desterro a que foi condenada em Cabo Verde.

Contexto Social e Político

José Nobre Madeira foi um militante libertário, ferroviário ao serviço dos caminhos-de-ferro do Estado, a Companhia do Sul e Sueste, privatizada em 1927.

Na sequência da privatização a Companhia despediu muitos ferroviários, dos quais se queria ver livre, sobretudo os activos sindicalistas revolucionários, conhecidos quer pelas suas posições quer por protagonizarem algumas das lutas mais radicais contra o poder republicano.

Já nos derradeiros anos da República registaram-se lutas de grande intensidade, que mobilizaram os ferroviários contra a direcção da Companhia, interposta representante do Estado, que nunca soube, ou não quis, atender à maioria das reivindicações da classe, que tanto havia pugnado pela implantação do regime republicano. O órgão da classe, “O Sul e Sueste”, espelha o sentimento de desilusão e revolta que então imperava no meio ferroviário.

«...aqueles que o povo elevou, na esperança de dias melhores, na sede de tranquilidade e justiça, anavalhando todas as suas promessas e depois de se apanharem colocados, vão lentamente assassinando aqueles que os colocaram...

[...]

Encerrar em prisões imundas aqueles que pedem pão, porque contanto ou mais que eles têm direito a viver, deportam operários com os mais ignóbeis epítetos, fuzilam operários que, com sede de justiça, se revoltam contra este estado de coisas.»³

Em resultado destas injustiças os ferroviários, que sempre se haviam mostrado dispostos a lutar pelas suas reivindicações, a troco de regalias prometidas pelos

³ “O Sul e Sueste”, 22 de Outubro, 1919

militares do general Mendes Cabeçadas, que do Sul partiram em apoio ao golpe do 28 de Maio que viria a abrir caminho à Ditadura Militar e ao fascismo insurgem-se, e colaboram activamente na queda da I República.



O Jornal "O Sul e Sueste" órgão da classe ferroviária, cuja primeira edição data de 7 de Setembro de 1919

Os acordos nunca serão cumpridos pelos militares e, ingloriamente, os ferroviários cedo, e amargamente, vão arrependem-se do passo dado e revoltar-se, uma vez mais. São várias as fontes que o confirmam, como os relatórios da Polícia de Informação

referentes ao 28 de Maio, respeitantes a José Nobre Madeira, de que é exemplo a informação em folha dactilografada, não datada nem assinada, que adiante se reproduz.

«José N. Madeira

Ex-ferroviário e elemento bastante activo e de prestígio entre os seus ex-camaradas. Foi um dos principais elementos que contribuiu para a vitória do movimento de 28 de Maio. Foi por sua ordem que as linhas do Sul e Sueste apenas forneciam comboios para tropas favoráveis ao referido movimento, o que muito contribuiu para o seu triunfo.

Como recompensa deste auxílio, tinham sido tomados comprimissos [sic] para com a classe ferroviária, pelo Comandante Cabeçadas, que não foram cumpridos e em virtude disso este homem, como quasi todos os que auxiliaram o 28 de Maio, têm conspirado sempre contra a situação que ajudaram a criar. Foi quem facilitou a ida para o Algarve dos bombistas Calhabotas e Américo Vilar. Sendo procurado pela polícia desde a data da descoberta do *complot* do Algarve, vindo a ser preso no dia 19 de julho findo.

Atendendo aos serviços prestados para a vitória do movimento de 28 de Maio, à sua numerosa família de quem é o amparo, foram propostos por mim 60 dias de prisão em Monsanto, mas como já está preso há 76 dias achou que deve ser posto em liberdade.»⁴

Muito depois de implantada a Ditadura Militar e até meados da década de 30, é conhecida a situação de profunda instabilidade, social e política que o país viveu – o chamado “Revirvalho” - e vão suceder-se revoltas e movimentos revolucionários que, opondo resistência à implantação do fascismo, tentam repor o sistema republicano. É neste contexto que têm lugar as prisões de José Nobre Madeira e o processo que o vai levar à deportação para África.

⁴ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258.

José Nobre Madeira, militante libertário

Embora não tenhamos conseguido localizar no Arquivo Nacional/Torre do Tombo, todos os processos respeitantes a José Nobre Madeira constatámos, que foi preso várias vezes e que, além da sua participação na Revolta de Fevereiro de 1927, em que é incriminado pela Polícia de Informações, sucedeu uma outra tentativa de derrube da Ditadura Militar, a 20 e Julho de 1928, que terá contado com a sua participação activa, segundo os relatórios policiais.

A primeira prisão terá ocorrido em 19 de Julho de 1928, tendo sido preso em companhia de Bernardino Sebastião Paiva, ambos acusados de participação no Movimento Revolucionário de Fevereiro de 1927.⁵

«Cadastro de Bernardino Paiva, natural de Montemor-o-Novo, 35 anos, funileiro, R. de Alfeirão, nº9 Évora.

Capturado em 19 de Julho de 1928 juntamente com José N. Madeira, 47 anos, revisor do Sul e Sueste reformado, presos no Barreiro por ordem superior, sendo a Bernardino Paiva encontrada uma pistola *Sovage* com 11 cargas uma na câmara e a pistola destravada. 19 Julho 1928»⁶

Segundo a mesma fonte policial, Bernardino Paiva tinha conseguido evadir-se do hospital prisional onde se encontrava internado e refugiara-se no Barreiro, havendo 2 meses, «em casa de José Baltazar na R. Miguel Bombarda.

Uma informação do Governador Civil de Évora, apensa ao mesmo processo, descreve Bernardino Paiva como o bombista autor do atentado contra a Misericórdia de Évora,

⁵ Processo dos arguidos José Nobre Madeira e Bernardino Sebastião Paiva AN/TT. PIDE, SC, PSE, 4079 NT 4254

⁶ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258.

aquando dos acontecimentos revolucionários de Fevereiro de 1927 naquela cidade alentejana.

«Informação do Governador Civil de Évora

Tendo-me V. Ex^a informado que havia prendido no Barreiro o bombista Bernardino S. Paiva levo ao conhecimento de V.Ex^a. duas das muitas proezas de tão pacífico cidadão a fim de que V. Ex^a se digne ordenar para uma das colónias mais longínquas e insalubre, o que ainda constitui benévolo castigo, se atendermos nos males cometidos. Um ou dois meses antes da revolução de Fevereiro do ano findo foi ele quem dinamitou e inutilizou o escudo e a coroa que encimava a porta da igreja da Misericórdia desta cidade, como se provou num auto de investigação que foi remetido por este Governador Civil.

Preso mais tarde foi-lhe dada fuga por um polícia comprometido na revolução de Fevereiro do ano findo (polícia que foi posto em liberdade após estar preso 15 meses) e, uma vez à solta tratou de fazer explodir 4 bombas de grande potência em uma das noites da referida revolução de Fevereiro, salvo erro na noite de 3 para 4. Este facto também ficou claramente esclarecido nas investigações.

É, sem contestação, um terrível bombista que precisa ser afastado do convívio da sociedade.

Com os protestos da mais elevada consideração a V. E.

Évora, 26 de julho 1928»⁷

Estas acusações eram totalmente refutadas pelo próprio Bernardino Paiva, como se lê nos autos de perguntas.

⁷ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

«Auto de perguntas

O preso nega as acusações e diz que é falso que tivesse tomado parte ou fosse autor do atentado à bomba contra o edifício da Misericórdia na cidade de Évora. Confirma ter fugido do calabouço do Hospital. Andou refugiado em casa da família e em Lisboa em casa de João Oliveira no L. do Intendente, fugindo depois para Parede onde esteve 20 dias e ao fim deste tempo dirigiu-se para o Barreiro, onde esteve refugiado em casa de José Baltazar, na Rua Miguel Bombarda que há 2 meses, pouco mais ou menos, embarcou para o Brazil.

Que trabalhava numa fábrica de pirolitos e ia dormir a casa do mesmo Baltazar. Que não tomou parte no lançamento das 4 bombas em Évora, pois que há data da explosão ainda se encontrava preso. Sendo-lhe perguntado qual a sua interferência no material encontrado no Barreiro e qual a sua acção no Mov revolucionário de Fevereiro que não teve interferência nenhuma. Que não tem entendimentos ou ligações com nenhum dos elementos de ideias avançadas do Barreiro. E mais não respondeu.»⁸

Não obstante, Bernardino Sebastião Paiva seria condenado e desterrado para Cabo Verde, tendo recebido ordem de libertação para regressar ao continente apenas em 1944.

Aquando desta prisão em companhia de Bernardino Paiva, José Nobre Madeira era procurado pela polícia, que o relacionava com a Revolta de Fevereiro de 1927, especialmente a explosão de uma bomba em Moncarapacho, que fizera vítimas, entre os quais um ferroviário seu conhecido.

Nos Autos de perguntas a que foi sujeito após esta prisão, as acusações, factos e ligações que a polícia lhe atribuía, foram negadas por José Nobre Madeira, embora reconhecendo «Que conhecia muito bem o Calhabotas, uma das vítimas da explosão de Moncarapacho, por ser ferroviário, nunca tendo tido com ele quaisquer

⁸ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

entendimentos sobre os acontecimentos do Algarve e só deles teve conhecimento pelos jornais.

Que sobre o aparecimento do material explosivo em casa de Miguel Correia do Barreiro não teve nele qualquer interferência e desconhecia a existência de tal material. A razão por que se ausentou de sua casa quando a polícia ali foi passar busca foi para evitar de ser preso visto estar inocente.»⁹

Nessa data ainda declarou ter sido «preso no dia em que rebentou o movimento revolucionário de Fevereiro, quando passava pelo Rossio com destino ao Terreiro do Paço, para tomar o vapor para o Barreiro, tendo estado preso 7 dias no Governo Civil, findo os quais foi solto por nada se ter provado. E mais não respondeu.

3 de Outubro de 1928.»¹⁰

Uma segunda prisão de José Nobre Madeira ocorre na madrugada de 2 de Novembro de 1928, quando foi capturado na sua residência onde a polícia fez autos de apreensão e buscas tendo encontrado, segundo a acusação policial, uma carta redigida a sindicalistas revolucionários, dirigentes da Confederação Geral do Trabalho, presos e deportados nas colónias. Citam-se os autos da polícia:

«Processo do arguido José Nobre Madeira, filho de José Nobre Madeira e de Silvéria Camacho, natural de S. Salvador, Beja, 48 anos casado, ferroviário reformado, residente em R. Aguiar 180, Barreiro.

Data e motivo da captura em 2 de Novembro de 1928: Elemento perigoso nos meios avançados do Barreiro.

2 de Nov. de 1928. Hoje pelas 5h foi detido na sua residência, como suspeito de ser o autor de uma carta dirigida aos deportados políticos: Mário Castelhana e Manuel Henriques Rijo e por ser elemento perigoso nos meios avançados daquela vila.»¹¹

⁹ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

Nessa extensa carta, que José N. Madeira negava ter sido escrita por si, dava-se conta da situação repressiva vivida no país e em particular no Barreiro. Citando as fontes policiais é dela que respigamos algumas passagens.

«[...] isto anda tudo com a cabeça à razão de juro. Olhem no momento em que vos escrevo encontram-se bem perto do Sindicato 3 merdas da Polícia Informações que ontem efectuaram a prisão do Jorge Praça e foram-lhe a casa revirando toda a trapalhada à procura de...bombas. Foi já restituído á liberdade. Afinal este camarada em casa só tem miséria, como todos os outros. [...]

Devem já saber que o nosso querido camarada Manuel José Hartley faleceu na Guiné. Mais um que tomba pelo ideal que há de libertar os povos. Pobre Manuel, esta epopeia tem sido formidável. Há de ficar bem vincada na história do proletariado português. O Calapez continua no mesmo ponto. Os outros nossos camaradas continuam escondidos porque são obrigados a isso. Na última carta que vos escrevi o meu optimismo fez-se sentir demasiadamente, mas foi apenas devido à efervescência em que isto se encontrava. Passados dias após a terminação do movimento de Julho isto encontrava-se de tal forma que se o grito de revolta de algum lado partisse, se houvesse quem ateasse a fogueira, não precisava de petróleo porque ela cresceria, e seria um triunfo ou mais uma derrota, mas ainda não desanimei e nem espero desanimar. Têm razão quando dizem que o triunfo demorará alguns meses. Mas a revolução há de fazer-se.

[...]

Presentemente dos nossos encontram-se presos em Monsanto 4, entre eles o chefe Fonseca da Casa Branca e o Silva de Beja. Os presos depois de restituídos à liberdade são raros os que entram ao serviço da companhia. Neste último movimento houve aí porrada bravia. Até inspectores gramaram transferência e baixas de classe. No passado domingo 14 houve uma festa para condecorarem a bandeira dos nossos marinheiros, houve grande aparato militar com Carmonas, etc. serviu no entanto às ml maravilhas

para o povo se manifestar ruidosamente contra a actual situação, embora eles digam o contrário. Houve vivas à República Velha e acercaram-se do automóvel onde ia o pavão e vá de “Abaixos ao Carmona” e do carro onde ia o ministro das finanças “Abaixo o senhor de Fátima” “Abaixo a Ditadura”. No Rossio um oficial desembainhou a espada, ficou sem ela. [...]

O nosso sindicato continua aberto somente a Casa está proibida de dar espectáculo [...]»¹².

Como nada se conseguiu provar contra si neste processo, acabaria por ser posto em liberdade em 5 Dezembro de 1928.

Contudo, descrito pela Polícia de Informação como «elemento perigoso nos meios avançados do Barreiro» e «elemento bastante activo e de prestígio entre os seus ex-camaradas»¹³, José Nobre Madeira, voltará a ser preso em 12 de Abril de 1929. Após busca à sua residência a polícia apreendeu-lhe os seguintes artigos:

«Um livro O Anarquismo, outro Os Anarquistas, outro A Rússia dos Sovietes e diversas cartas e papéis.»¹⁴ Seria levado, de novo, pela polícia e desta vez acusado de preparar uma conspiração revolucionária que envolvia o Regimento Militar de Infantaria 17, em Beja, e de «ser o principal organizador do movimento revolucionário de ferroviários, tendo ligações com elementos de Infantaria 17.»¹⁵

Outra das acusações que lhe é imputada é a de ser «um elemento preponderante do Comité Revolucionário dos Ferroviários» e ter levado «a Beja 2 delegados do Comité Revolucionário de Lisboa membros da organização Obreiros da República Portuguesa», uma espécie de Carbonária, segundo o relatório da Polícia de Informação.

¹² AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258.

¹³ AN/TT, PIDE, Processo 3836 NT 4249

¹⁴ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

¹⁵ Idem

Passamos a descrever parte dos autos contidos no documento¹⁶:

«Arguidos

Manuel Ferreira Camões, Tenente de Infantaria 17. Resolução: arquivado

Luiz Gamito Dentinho, Tenente de Infantaria 17. Resolução: idem

João Lúcio Amaral, Tenente de Infantaria 17. Resolução: solto em 16/4/29

António Mestre Açucena, Asp. Oficial Infantaria 17. Resolução: arquivado

Alfredo Augusto da Silva, 1º Sargento de Infantaria 17. Resolução: solto em 18/4/29

José Rodrigues Marques Júnior, 1º Sargento de Infantaria 17. Resolução: idem

Alfredo dos Reis. Resolução: idem

João Marques. Resolução: idem

António do Carmo Neves, 2º Sargento Infantaria 17. Resolução: punido com 40 dias de prisão disciplinar agravada.

Edmundo Gonçalves. Resolução: idem

Guilherme Garcia da Silva. Resolução: idem

José Francisco Gonçalves, 1º Cabo Infantaria 17. Resolução: punido com 40 dias de prisão disciplinar agravada.

José do Carmo, 1º Cabo Infantaria 17. Resolução: punido com 40 dias de prisão disciplinar agravada.

Augusto Rosa Silveira. 1º Cabo Infantaria 17. Resolução: punido com 40 dias de prisão disciplinar agravada.

António de Oliveira David, 1º Cabo Infantaria 17. Resolução: punido com 20 dias de prisão disciplinar agravada

¹⁶ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

José Maria Abrantes, 2º Cabo Infantaria 17. Resolução: solto

António Moreira Ramos. Resolução: solto

José Nobre Madeira. Anotado ao lado: Embarcou para S. Tomé em 18/5/929

António Nicefero de Oliveira, ferroviário

Custódio António Soares, ferroviário.»¹⁷

Acerca de mais esta tentativa para derrubar a Ditadura Militar, implantada no país com o 28 de Maio de 1926, recorreremos novamente aos arquivos da polícia, que reporta a versão oficial sobre o acontecimento. Não apenas pelo interesse dos factos históricos em si, que são, ao que julgamos relativamente desconhecidos mas, igualmente, para mostrar até que ponto a Polícia de Informação já estava infiltrada nas organizações civis e militares, minando e jugulando todos os intentos revolucionários, ao perseguir, prender e deportar, todos aqueles que ainda ofereciam alguma resistência à fascização do Estado, então em curso.

«Relatório

O Movimento revolucionário em preparação na cidade de Beja, por ventura a ramificação mais importante da Organização Central, revestia uma gravidade excepcional se considerarmos a facilidade de comunicações que essa cidade hoje possui, os efectivos consideráveis que o Regimento de Infantaria 17, ali aquartelados, mantem quase permanentemente em instrução, os nº de oficiais e sargentos transferidos de outras unidades para aquele Regimento por motivos políticos e a comunhão absoluta de ideais, entre estes e os funcionários dos caminhos de ferro. Desta perfeita harmonia entre militares e ferroviários, resultava uma facilidade extraordinária no transporte da tropa revoltada.

Beja está actualmente ligada ao Barreiro - objectivo da força revolucionária do Sul - por duas vias férreas, uma directa, passando por casa Branca e Vendas Novas, outra, a

¹⁷ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

do Vale do Sado, com entroncamento na Funcheira, que passa por Setúbal e vai ligar-se à primeira em Pinhal Novo.

A via mais curta e portanto a mais rápida é portanto a primeira, mas oferece o inconveniente de ser interceptada em Casa Branca, pela tropa de Évora, e em Vendas Novas pela Escola de Artilharia.

Daqui resulta bem compreensível a necessidade de chamar para a causa da Revolução estas duas guarnições, ou, na impossibilidade de o conseguirem, de fazer acreditar aos elementos revolucionários de Beja, que elas são de confiança.

É assim que o 1º Sargento Marques quando fala ao Cabo Brexi Frade lhe diz que conta com Évora e V. Novas. E os delegados que vão a Beja fazem igual afirmação na reunião que fizeram na Casa dos Ferroviários, à qual concorrem os sargentos de Infantaria 17 que estavam metidos na conjura.

A segunda via não só oferece os inconvenientes da primeira mas é por outro lado prejudicada por um maior percurso e ainda pela contingência de sujeitar o comboio a um ataque por parte das forças de V. Novas, se estas se conservassem fiéis ao Governo, no troço de Águas de Moura à Mourisca.

Além disso a passagem por Setúbal não oferecia garantias.

Se acreditarmos nas declarações do ferroviário José Nobre Madeira, pessoa que guarda na sua mão todas as ligações do Sul, esta via de comunicação era a preferida para o movimento de Julho findo, visto que não contando com Évora e V. Novas, contavam seguramente com Setúbal.

O Madeira declara que muito antes do movimento de Julho combinou com o Capitão Franco, (preso em Maio e actualmente deportado) que iriam a Beja falar com 1º Sargento Marques. Este sargento era já a esse tempo considerado um bom elemento para a causa revolucionária e figura em relatórios arquivados nesta polícia, cuja data é muito anterior aos acontecimentos actuais. Não se prova que o Capitão Franco e o Madeira tivessem ido àquela cidade por essa ocasião e é mesmo de crer que essa démarche tivesse sido prejudicada pela prisão do referido oficial.

Talvez por esse motivo o pronunciamento militar de Beja nessa época, ficou reduzido a proporções mínimas, sem gravidade.

Todavia é meu entender que qualquer procedimento disciplinar, uma simples transferência até, aplicado aos elementos que ao Capitão Saavedra estavam ligados, teria impossibilitado a maquinação conspiratória agora em projecto, cuja gravidade atingia enormes proporções bem fáceis de avaliar, considerando a cooperação valiosa que à tropa oferecia o Comité Revolucionário dos Ferroviários.

Para avaliar o valor de toda esta cooperação em toda a sua evidência, junta-se a este processo cópia das declarações dos ferroviários que nele tiveram interferência.

É difícil marcar com exactidão o início dos trabalhos conspiratórios em Infantaria 17 mas devia ter tido lugar muito antes do movimento de Julho findo.

Porém esses trabalhos não tinham coesão e quase se limitavam a sessões de má língua, fazendo os conspiradores soalheiro da alfaiataria Cordeiro, da sapataria Muralha e da farmácia Oliveira, estabelecimentos sitos nas Portas de Mértola, onde militares e civis entretêm as suas horas de ócio.

[...]

Levados por José Nobre Madeira chegam a Beja os delegados do Comité Revolucionário de Lisboa, que fazem duas reuniões fartas de promessas, distribuem por sargentos e civis compromissos de honra da associação secreta Obreiros da República Portuguesa que recolhem depois de assinados e terminam por assentar definitivamente na maneira de agir: o 1º. Sargento Marques levará para a estação o maior número de soldados possível, assumirá o comando se os oficiais faltarem, o Vieira, que já deve ter o comboio organizado, fará conduzir as tropas para o Barreiro.

E assim a tropa revoltada de Infantaria 17 se o golpe se fosse de noite, chegaria ao seu destino sem que alguém tivesse tempo de embargar-lhe o passo. Os telefones dos caminhos ferro ficariam entregues ao Vieira.

O oficial de dia e o sargento da guarda seriam presos se não fossem de confiança. Com os outros que não estivessem comprometidos adoptar-se-ia um procedimento consentâneo com as circunstâncias do momento.

Isto se o Cabo Brexi Frade não pudesse realizar o plano horrível que tinha congeminado: matar todos os oficiais desafectos e especialmente o Comandante. Ele bem conhecia o ascendente que este tem sobre todos os seus subordinados.

Com toda a tropa inteiramente na mão e senhores dos caminhos de ferro, restava apenas aos revoltosos cumprir o destino que o Comité de Lisboa lhe reservava.»¹⁸

Seguem-se informações sobre todos os intervenientes relacionados com a conspiração. De José Nobre Madeira e os seus outros companheiros ferroviários envolvidos, a polícia formulará as seguintes acusações políticas, que estarão na base da condenação:

«Cadastro de José Nobre Madeira

Data e motivo da captura

Em 12 de Abril de 1929 por ser o principal organizador do movimento revolucionário de ferroviários, tendo ligações com elementos de Infantaria 17.

José Nobre Madeira

É um elemento preponderante do Comité Revolucionário dos Ferroviários. Constituiu seu delegado em Beja o Factor António Vieira, por intermédio do qual estava em contacto com o 1º Sargento Marques de Infantaria 17. Levou a Beja 2 delegados do Comité Revolucionário de Lisboa que apresentou aos sargentos e alguns ferroviários nas 2 reuniões que efectuaram nesta cidade. Recebeu os compromissos de honra que um dos delegados deixou ao Marques para ele distribuir, os quais lhe foram enviados pelo referido Vieira, negando-se a revelar o verdadeiro destino que a esses compromissos deu antes do movimento de Julho do ano findo, premeditou levar a

¹⁸ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

Beja o Capitão Franco, actualmente deportado, démarche que não levou a efeito por o referido oficial ter sido preso.

António Vieira

Era o delegado do Madeira em Beja. Foi à reunião dos delegados do Comité de Lisboa, tendo prevenido o Marques da chegada destes, e assinou o compromisso de honra dos Obreiros da Republica Portuguesa com o pseudónimo de Silves. Nessa reunião aceitou o encargo de organizar um comboio especial para conduzir ao Barreiro o Regimento de Infantaria 17 quando rebentasse a revolução e de tomar conta dos telefones da estação. Recebeu e endereçou ao Madeira um envelope fechado contendo os compromissos de honra dos Obreiros da República que o Marques tinha feito assinar por pessoas das suas relações.

António Nicéfero de Oliveira

Estava ligado com o factor Vieira e assistiu às reuniões que os delegados do Comité Revolucionário de Lisboa. Fixou-se em Beja tendo assinado o compromisso de honra da associação secreta Obreiros da República com o pseudónimo Ano.

Custódio António Soares

Foi aliciado pelo Cabo Brexi Frade, com que depois ficou em ligação.

Lisboa, Polícia de Informação em 6 de Maio de 1929.»¹⁹

¹⁹ AN/TT, PIDE, Processo SC PSE 4322 NT 4258

Neste processo, em que foram arguidos 20 militares e civis, nem todos serão condenados mas José Nobre Madeira sofreu a pena mais severa. Foi condenado a 13 anos de deportação nas colónias, com residência fixa.

O processo judicial parece ter sido extremamente rápido, pois a sua prisão data de 12 de Abril e o seu embarque para África ocorre em Maio de 1929. Também não conseguimos, ainda, localizar o julgamento ou sentença condenatória que, pode nem ter existido, o que não é caso inédito.

Em dois documentos oficiais é referido que seguiria para S. Tomé mas, na verdade, foi em Cabo Verde, nas ilhas de Santo Antão e da Boa Vista, que cumpriu pena, o que demonstra a arbitrariedade com que estes processos eram conduzidos por parte do sistema judicial de então.

Sobre a viagem no vapor 'Angola' que o levou rumo ao desterro encontra-se uma nota, escrita por José Nobre Madeira, no verso de um folheto de publicidade que o próprio guardou e faz parte do seu Espólio, com as seguintes frases:

«Foi este o pacote que me levou deportado para S. Tomé. Enquanto se divertiam com todas as comodidades, eu, deportado político, grande criminoso, viajava no porão. E para que não fugisse – tão grande era o crime – prenderam-me na ilha da Madeira, a bordo, durante 10 horas que ali se conservou o vapor, dentro de uma minúscula casa de banho.»

Foi este o paquete que
me levei deportado para S.
Tomé. Enquanto se divertiam
com todas as concessões, eu, de-
pontado politico, fui obrigado
viajar no porão. E, para não
pagasse — tão grande era o crime — fui
deixado-me na ilha da Madeira, a
bordo, durante 10 horas para ali se
pensar o rapaz, delecto e sem
sua casa de bento.

Nota manuscrita por José N. Madeira

José Nobre Madeira desembarcou na cidade da Praia em 18 de Julho de 1929.

Sobre o sistema e o regime a que se encontravam sujeitos os deportados, sabe-se que trabalhavam para o Estado em obras públicas, na construção de infraestruturas, abertura de estradas e outros trabalhos pesados, nalguns casos com direito a uma remuneração, como se pode ler numa carta e ver numa fotografia que José Nobre Madeira guardou. No seu caso, trabalhou como apontador, na regularização do leito da Ribeira da Torre, em Santo Antão, sendo-lhe abonado um subsídio para alimentação, na sua condição de deportado social com residência fixada no concelho de Paúl.



Grupo de portugueses deportados em Cabo Verde, anos 30, entre eles, José Nobre Madeira.

(Modelo n.º 3 Artigo 33.º, § 1.º)

Liquidação n.º _____ Número de ordem deste documento _____
 L.º m/15, fl.º _____ L.º m/16, fl.º _____
 Razão, fls. _____

COLONIA DE CABO VERDE

Concelho de Praia

Ano económico de 1941

OPERAÇÕES DE TESOURARIA

PAGUE-SE:
 O chefe dos Serviços de Fazenda, Escudos 310\$00

A José Nobre Madeira
 é devida a quantia de trezentos e dez escudos
 proveniente do subsídio para alimentação que lhe
 abastado como deportado social, com resi-
 dência fixada neste Concelho, relativos ao
 mês de Janeiro de 1941. O documento de
 pagamento fica arquivado neste do-
 c.º nº _____

Repartição Central dos Serviços de Fazenda, na cidade da Praia, de _____
 e 1941.

Verificado. — O Sub-chefe, _____ O chefe da Secção, _____

Recebi da Filial do Banco Nacional Ultramarino, na Praia, como Caixa do Tesouro da Colónia
 a quantia de trezentos e dez escudos

Em 30 de Januário de 1941.

Documento da Colónia Penal de Cabo Verde, relativo ao «subsídio para alimentação que foi abonado como deportado social, com residência fixada neste Concelho» a José Nobre Madeira, em 30 janeiro de 1941.

Como foi dito no início, o trabalho sobre este fundo documental está ainda na sua fase inicial de organização mas, a noção que temos ao olhar o seu Espólio é, que, nos 13 anos que esteve deportado, José Nobre Madeira escreveu muito, a avaliar pela documentação que guardou consigo. Deve ter encontrado na escrita um lenitivo que o ajudava a mitigar a distância, a ausência e as saudades da família e dos amigos.

Por outro lado, a escrita permitia-lhe participar na discussão dos assuntos, ainda que à distância, especialmente os inúmeros artigos de opinião que escreveu e sobretudo, manter a sanidade mental.

Mas, até a escrita comportava dificuldades imensas. Não havia papel. É essa a percepção que temos ao verificar que aproveitava todos os papéis, até documentos já inutilizados, para escrever. Uma leitura mais aprofundada da sua documentação é que nos permitirá conhecer melhor a situação.

Em 24 de Dezembro de 1941, um ofício confidencial ao Governador da Colónia de Cabo Verde, mandava regressar ao continente o deportado social e político José Nobre Madeira. Chegaria ao continente em Agosto de 1942, após 13 anos de desterro. Partiu com com 48 anos e voltou de lá já com 62anos de idade.

Ao finalizar esta Comunicação queremos citar dois outros documentos, ofícios confidenciais do Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias, ambos datados de 1944 mas anexados ao processo de José Nobre Madeira²⁰. Um por referir as condições a que obedeciam os processos de regresso dos deportados. Outro, por conter uma extensa lista de nomes de portugueses deportados, a qual nos pareceu bastante importante a sua divulgação.

²⁰ AN/TT, PIDE, SC PSE 4079 NT 4254

«Ofício Confidencial do chefe de Gabinete do Ministro das Colónias dando conta do levantamento da Nota de Deportação aos seguintes indivíduos.

Em aditamento ao mesmo ofício de 20 de Agosto último, venho rogar a V. Exa. se digne obter de S. Exa. o Ministro que aos Governadores de Cabo Verde e Guiné seja indicado a respeito dos seguintes indivíduos.

Deverão ser-lhes fornecidos transportes em 3ª classe por meio de requisição do Ministro do Interior no primeiro barco em que possam seguir, deixando de ser abonados de subsídio desde o dia do embarque e recebendo Guia para se apresentarem nesta Polícia após a sua chegada.

Aqueles que não desejarem embarcar e que portanto sejam autorizados a continuar residindo nas Colónias deixará de ser abonado o subsídio desde o dia em que façam tal declaração.

Lisboa, Serviços de Informação e Ligação, 21 de Outubro de 1944.»

«Ofício confidencial do Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias dando conta do levantamento da nota de Deportação aos seguintes indivíduos:

Cabo Verde:

Amadeu Cardoso Meireles Júnior

Alberto Costa

Alexandrino Arsénio Costa

Bernardino Sebastião Paiva

Benjamim da Conceição Sim-Sim

Cândido Marques da Silva

Custódio Pinto Faria Maia

Fernando Antunes Alves

Henrique de Magalhães

José Alberto dos Santos ou José dos Santos

José dos Santos

Joaquim da Costa

Joaquim Pinheiro Vila

Luis Cândido Noro

Miguel Monteiro

Manuel João

Manuel de Sousa

Manuel Batista

António José Chícharo

Alberto Antunes

Atanásio do Nascimento

António Inês Ferreira

Artur Diniz Pereira

Manuel Ferreira Camões

Manuel Silvío Pelico Oliveira Neto

Francisco Filipe de Sousa

Basílio Tavares

José Anacleto

Mário Ferreira da Silva – regressou a 25-8-46

Guiné:

José dos Reis “O Escarneira” ou o “José Alfama” ou o “José dos Carcos”

José Manuel da Mota

Joaquim da Silva Lopes

Lisboa, 29 de Agosto de 1944».²¹

²¹ AN/TT, PIDE, SC PSE 4079 NT 4254